

O TRUNFO DE SALAZAR

Douglas L. Wheeler

LUÍS NUNO RODRIGUES

**No Coração
do Atlântico.
Os Estados Unidos
e os Açores
(1939-1948)**

Lisboa,
Prefácio,
2005, 209 páginas

Para além de se tratar de um notável trabalho de erudição académica, o livro agora dado à estampa por Luís Nuno Rodrigues oferece um contributo muito significativo para a história diplomática de Portugal e dos Estados Unidos. Analisa o período balizado entre o início da II Guerra Mundial e 1948, altura em que Portugal e os Estados Unidos celebraram um importante acordo diplomático relativo à utilização de bases num dos arquipélagos atlânticos de Portugal: os Açores. A pesquisa levada a cabo pelo autor alicerça-se em materiais diversos, incluindo documentos oriundos dos arquivos britânicos, americanos e portugueses, fontes oficiais impressas, assim como fontes secundárias, algumas das quais recém-publicadas, o que lhe confere uma grande solidez. Uma parte crucial do trabalho prende-se com a perícia do autor em relação ao «tráfico» diplomático no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal e no Arquivo Salazar, depositado na Torre do Tombo.

O modo como o Prof. Luís Nuno Rodrigues aborda o contexto histórico de grande parte desses nove anos é simultaneamente básico

e sofisticado. Relativamente à questão espinhosa de classificar o tipo de neutralidade praticada pelo Estado Novo sob a batuta de Salazar, o autor adverte o leitor de que estamos perante um tema ainda hoje controverso. Por isso mesmo, logo na Introdução (p. 9) refere que a política do Governo português não consistiu numa «neutralidade» mas sim em «neutralidades diversas» consoante a evolução do conflito mundial. Tendo em conta as alterações no contexto da guerra, sortes mutáveis e o quadro de uma política oficial cuidadosamente temperada, esforçada na escolha das palavras certas para os discursos políticos, a abordagem do autor retém o sentido do contexto e, apesar do considerável grau de pormenor, distingue a floresta das árvores. Isto é especialmente vital na história diplomática, um campo onde os investigadores demasiadas vezes se perdem na minúcia do dia-a-dia. Graças à organização lógica do autor, o leitor capta não apenas «o retrato geral» mas também uma análise clara; existe um excelente equilíbrio entre o tema principal e os pormenores.

Este trabalho vai para além do debate em torno da História – comporta igualmente

uma ressonância contemporânea. Começando pelos acordos luso-americanos aqui estudados, a presença americana nas bases do arquipélago dos Açores foi contínua e iniciou-se, de facto, antes da NATO ser criada em 1949. Dois acordos diplomáticos essenciais são objecto de análise: primeiro, o acordo firmado entre Portugal e os Estados Unidos a 28 de Novembro de 1944, em virtude do qual era concedido aos americanos o acesso às bases naval e aérea da ilha de Santa Maria, nos Açores e o segundo acordo principal, assinado em Fevereiro de 1948, outorgando aos americanos o acesso à Base das Lajes, na ilha Terceira, acesso de que os britânicos beneficiavam desde Outubro de 1943.

PERSONALIDADES E CONTRAFACUAIS

A perícia do autor em relação aos registos diplomáticos, e o seu conhecimento de figuras por vezes contenciosas, sejam autoridades ou personalidades diplomáticas, ressalta claro e constitui uma mais-valia deste estudo pois permite aos leitores discernir a personalidade e as idiossincrasias de diversos intervenientes, nomeadamente diplomatas americanos de primeiro plano, como seja George F. Kennan, conselheiro da Legação americana em Lisboa na fase final da guerra, bem como vários embaixadores americanos acreditados em Lisboa. Contém ainda observações pungentes acerca de personalidades portuguesas, com destaque, claro está, para António de Oliveira Salazar, que à altura acumulava a Presidência do Conselho com a chefia das Necessidades. Muito embora a permanência de Kennan em Lisboa tenha sido breve – 1943-1944 –

e as negociações relativas aos Açores tenham sido conduzidas por um ministro relutante e mal preparado (Bert Fish, que faleceu repentinamente em Julho de 1943), o seu trabalho foi essencial para o desfecho do acordo relativo à base dos Açores. O facto de Kennan estar presente e disponível para assumir essa difícil e exigente negociação com Salazar, mestre nessa precisa arte, deixa os historiadores hesitantes. A presença de Kennan em Lisboa é tanto mais significativa à luz do papel proeminente que alcançou depois de se ter tornado o inspirador da doutrina norte-americana de «contenção» do comunismo durante a Guerra Fria. Um «se» interessante para a história da diplomacia luso-americana nesse momento charneira decorre da interrogação: «mas então e se os negociadores americanos não tivessem estado à altura das exigências de tal tarefa?» E «se» Kennan não estivesse presente, teria o acordo dos Açores sido atrasado, adiado (e por quanto tempo), ou mesmo cancelado? Apesar de os britânicos disporem de direitos sobre as bases nos Açores, até que ponto a «ausência» americana teria tido um impacto sobre o papel americano na invasão da Normandia e sobre as fases finais da batalha do Atlântico?

O aprofundado estudo de Luís Nuno Rodrigues trata de assuntos fulcrais para a história da política externa, tanto a portuguesa como a norte-americana: independentemente do regime no poder, a preocupação obstinada em relação ao império ultramarino e à protecção da integridade e viabilidade do dito império, enquanto parte integrante da agenda

nacionalista; a forma como Portugal geriu o seu estatuto amiúde conturbado de potência neutral num conflito mundial e o modo como o tipo de liderança da época conseguiu transformar esse estatuto em vantagem para Portugal; a forma como Portugal foi capaz de preservar o poderio das elites mau grado os tempos de instabilidade mundial e agitação política. No caso da política externa dos Estados Unidos, dentre as temáticas fundamentais contam-se os elementos de uma estratégia de defesa atlântica em dois conflitos consecutivos; assim como o desenrolar dos laços, oficiais e oficiosos, com o arquipélago dos Açores, a partir do século XIX, ao longo do século XX, e até no presente século.

JOGAR COM A AMBIGUIDADE

Muitos observadores do papel desempenhado por Portugal nas relações internacionais na época moderna referem a vulnerabilidade dos problemas de segurança de Portugal e o seu estatuto neutral durante os grandes conflitos armados. Mas poucos comentadores fizeram uma análise tão ampla e presciente dos matizes relativos à invejável posição ocupada por Portugal como o então conselheiro George Kennan, um dos diplomatas-chave neste capítulo. Um excerto desse relatório classificado de Kennan, transmitido ao Departamento de Estado dos EUA, no início de Fevereiro de 1943, comprova a capacidade de observação do diplomata, cuja veracidade, aliás, ainda se mantém hoje em dia: «Cada conflito entre uma grande potência continental e uma grande potência marítima extra-continental depa-

rou-se com Portugal no cerne do conflito entre ambas, e porventura como terreno de batalha... A sua segurança, em consequência, sempre dependeu da sua capacidade de manobrar, de jogar a força de uma contra a demais, de se “vender” a ambos os beligerantes enquanto neutral.»¹

A preocupação em relação ao império ultramarino de Portugal, enquanto este sustentava uma versão da neutralidade, correspondia a uma preocupação constante de Lisboa, um tema bem documentado pelo autor. Na sua análise, Luís Nuno Rodrigues nota, também, que a manutenção da neutralidade, qualquer que seja a sua definição e independentemente de quem a defina, não decorria apenas do cuidado de Portugal em evitar retaliações por parte da Alemanha em virtude das suas acções no âmbito dos Açores. Salazar tinha em mente uma definição absoluta, para não dizer «pura», do significado de neutralidade e foram envidados muitos esforços para evitar que pudesse ser considerado outra coisa a não ser neutral, quanto mais não fosse mantendo aparências de neutralidade. Num certo sentido, existia um «código de honra» interno, senão mesmo pessoal, em São Bento e nas Necessidades, quanto ao significado dado à neutralidade nessas circunstâncias.

Para salvaguardar um império ultramarino disperso, subdesenvolvido, em grande medida indefeso e vulnerável, o governo de Salazar escudava-se num *quid pro quo* imperial no tocante às concessões outorgadas quer à Grã-Bretanha quer aos Estados Unidos nos Açores. Dominando as negociações de 1943 e 1944, estava, por conseguinte, a questão não só do estatuto como

do futuro de Portugal na longínqua colónia de Timor-Leste, sob ocupação militar japonesa de princípios de 1942 até ao Verão de 1945. Distante e pequena, Timor-Leste foi, com efeito, a única parcela do império ultramarino português onde se travou um combate armado durante a guerra e em relação à qual Portugal perdeu o controlo. No pequeno território de Macau, apesar das pressões nipónicas, Portugal conseguiu pelo menos manter um controlo aparente. Salazar obteve dos Aliados garantias para restabelecer o controlo português em Timor-Leste no pós-guerra. Tal *quid pro quo*, como refere Luís Nuno Rodrigues, não foi meramente uma questão de prestígio nacional ou pessoal. A concepção que Salazar tinha da questão continha uma espécie de «teoria de dominó» *avant la lettre*. Caso Portugal perdesse Timor-Leste,

pensava Salazar, o resto do império corria a risco de se esboroar (p. 194). Boa parte da história diplomática, assim como da história imperial, consiste afinal em entender aquilo que os protagonistas assumem ser a verdade, por oposição à realidade em si mesma – um tema já antigo.

Depois de ler esta cuidada investigação, considero o estudo histórico em apreço um modelo em termos de precisão analítica, de redacção clara sem recurso a jargão, fruto da presciente observação de problemas complexos, sob diversos ângulos, de pesquisas exaustivas e paciente recolha documental. Na sua qualidade de história diplomática de uma nova era, seja qual for o período histórico em estudo, constitui um modelo para as novas gerações de historiadores. **RJ**

TRADUÇÃO: PATRÍCIA ROMAN

NOTAS

¹ G. F. Kennan ao Departamento de Estado, 4 de Fevereiro de 1943, #808; 853.00/1064, Registos do Departamento de Estado, arquivos sobre Portugal, NARS – National Archives and Record Service, Washington, DC.